



REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE PENSÃO

1. DADOS DO(A) SERVIDOR(A)

Nome Civil:		
CPF:	Data do óbito: ____/____/____	
Situação funcional na data do óbito:	() Ativo	() Aposentado

2. PARENTESCO

() Cônjuge (esposa/marido)	() Companheiro(a)	() Ex-cônjuge	() Ex-companheiro(a)
() Filho menor de 21 anos	() Filho inválido ou com deficiência grave	() Filho com deficiência intelectual ou mental	() Filha maior solteira
() Menor tutelado	() Enteadado	() Pai/Mãe	() Irmão

3. DADOS DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

Nome Civil:		
Nome Social:		
CPF:	Data de nascimento: ____/____/____	
Título de Eleitor:	Data de emissão: ____/____/____	
Zona:	Seção:	UF:
Nº Identidade:		
Órgão Expedidor:	Data de expedição: ____/____/____	
Cor: () Branca () Amarela () Parda () Indígena () Preta		
Endereço residencial:		Nº:
Complemento:	Bairro:	
CEP:	Cidade/UF:	
Telefones:		
E-mail:		
Informações da Conta Salário		
Banco:	Cidade/UF:	
Agência:	Conta Salário nº:	

4. PROCURADOR/CURADOR¹

Nome:	
CPF:	Data de nascimento: ____/____/____
Nº Identidade/Órgão Expedidor/Data de Expedição:	
Endereço Residencial:	CEP:
Bairro:	Cidade/UF:
Telefone:	E-mail:

5. TERMO DE COMPROMISSO

5.1 O Requerente/Representante de pensão se compromete a manter os dados atualizados sempre que modificar a situação apresentada neste formulário, principalmente, quanto à emancipação dos menores de idade ou obtenção de renda que possa interferir na situação de beneficiário ou no cálculo do benefício.

5.2 O Requerente/Representante de pensão declara estar ciente que a pensão civil é ato complexo e precário, sendo submetido à apreciação da Controladoria Geral da União – CGU, e a sua legalidade somente se concretizará com o julgamento realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, cumulado com o parágrafo 1º, do art. 59, da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022.

5.3 O Requerente/Representante de pensão declara estar ciente de que, a partir da concessão da pensão civil, deve efetuar a prova de vida no mês do seu aniversário, sob pena de haver a suspensão do seu pagamento, conforme determina a Portaria nº 244, 15 de junho de 2020, do Ministério da Economia e a Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

5.4 O Requerente/Representante de pensão declara estar ciente de que, caso seja acometido por moléstia grave, pode requerer a isenção de Imposto de Renda, fulcro no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

5.5 O Requerente/Representante REQUER o benefício de que trata o art. 215, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos termos da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.645, de 24 de maio de 2022.

_____, ____ de _____ de 202____.

Assinatura de acordo com o documento de identidade apresentado

¹ Em caso de apresentação de requerimento por procurador ou curador, anexar procuração/curatela pública ou particular e documento de identidade do procurador/curador, bem como termo de responsabilidade do procurador.